

Monolinguismo e colonialidade do saber: reflexões sobre a utilização do inglês na universalização da ciência

Alvim, Marcia Helena ¹

Fernandes, Robson Modesto ²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o processo histórico do uso do inglês como instrumento para a universalização da ciência, visando compreender a colonialidade hegemônica nortecentrada presente no campo científico e na internacionalização das universidades brasileiras. Esta análise será realizada a partir de pesquisa bibliográfica documental, fundamentada por meio do referencial teórico decolonial. Compreendemos que o processo de monolinguismo na ciência ocorre de forma estrutural, visando a manutenção hegemônica anglófona. O corpus documental analisado consiste no Edital nº 41/2017, referente ao Programa Institucional de Internacionalização CAPES/PrInt, elaborado pela CAPES, buscando compreender o monolinguismo nele presente. Observamos que a utilização do inglês se institui como uma nova ferramenta das formas de colonialidade do saber e propomos uma reflexão sobre o potencial da proposta de aplicação de uma Política e Planejamento Linguístico na Ciência e na Educação Superior (PPLICES), que indica o multilinguismo como possibilidade para ampliação teórica decolonial de circulação dos conhecimentos.

Palavras-chave: monolinguismo; internacionalização da ciência; colonialidade do saber; multilinguismo.

Monolingualism and coloniality of knowledge: reflections about the use of english in the universalization of science

ABSTRACT

This article aims to analyze the historical process of the use of English as an instrument for the universalization of science, aiming to understand the north-centered hegemonic coloniality present in the scientific field and the internationalization of Brazilian universities. This analysis will be carried out

¹ Universidade Federal do ABC. Doutora em Ciências – Ensino e História da Ciência no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas e Docente Associada do Centro de Ciências Naturais e Humanas na Universidade Federal do ABC. Email: marcia.alvim@ufabc.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7194574336935932>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0904-5032>.

² Universidade Federal do ABC. Mestre em Ensino e História das Ciências e da Matemática pela Universidade Federal do ABC. Email: robsonmfernandes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1438474434133218>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0009-6213>.

based on documentary bibliographic research, based on the decolonial theoretical framework. We understand that the process of monolingualism in science occurs structurally, aiming to maintain Anglophone hegemonic. The analyzed document corpus consists of Notice nº 41/2017, referring to the CAPES/PrInt Institutional Internationalization Program, prepared by CAPES, seeking to understand the monolingualism present in it. We observe that the use of English is established as new forms of coloniality of knowledge and we propose a reflection about the potential proposed application of a Linguistic Policy and Planning in Science and Higher Education (PPLICES), which indicates multilingualism as possibility for decolonial theoretical expansion and circulation of knowledge.

Keywords: monolingualism; internationalization of science; coloniality of knowledge; multilingualism.

Monolingüismo y colonialidad del conocimiento: reflexiones sobre el uso del inglés en la universalización de la ciencia

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso histórico del uso del inglés como instrumento para la universalización de la ciencia, con el objetivo de comprender la colonialidad hegemónica nortecéntrica presente en el campo científico y en la internacionalización de las universidades brasileñas. Este análisis se realizará a partir de una investigación bibliográfica documental, sustentada en el marco teórico decolonial. Entendemos que el proceso de monolingüismo en la ciencia se da de manera estructural, apuntando a mantener la hegemonía anglófona. El corpus documental analizado consiste en la Circular nº 41/2017, referente al Programa de Internacionalización Institucional CAPES/PrInt, elaborado por la CAPES, buscando comprender el monolingüismo presente en el mismo. Observamos que el uso del inglés se establece como una nueva herramienta para las formas de colonialidad del conocimiento y proponemos una reflexión sobre el potencial de la propuesta de aplicación de una Política y Planificación Lingüística en la Ciencia y la Educación Superior (PPLICES), que señala el multilingüismo como Posibilidad de una expansión teórica decolonial de la circulación del conocimiento.

Palabras clave: monolingüismo; internacionalización de la ciencia; colonialidad del conocimiento; multilingüismo.

INTRODUÇÃO

A utilização da língua inglesa como língua de contato entre as nações ocorre muito antes das noções propagadas pelo imperialismo estadunidense da contemporaneidade. Nesta perspectiva, tal reflexão sobre o avanço e a difusão da língua inglesa será o mote desta pesquisa, que buscará compreender os processos envolvidos por meio de sua utilização no campo científico, na tentativa de que seu uso sirva para a universalização da ciência. Compreendemos que esta universalização da língua inglesa no campo científico é identificada, neste estudo, como uma característica de colonialidade. Deste modo, temos como objetivo discutir como o processo histórico de construção dos discursos hegemônicos anglo-americanos e eurocêntricos estão presentes na tentativa de universalização da ciência pelo uso da língua inglesa.

Rajagopalan (2003) indica que ao observarmos as questões geopolíticas, que apontam as diversas realidades de poderes e de influências por territórios, verifica-se uma forma de geopolítica da língua, a qual ultrapassou as fronteiras definidas por mapas e pelas línguas oficiais. Pode-se analisar, também, os impactos sofridos nas línguas regionais (naturais), escritas ou apenas faladas, bem como suas possíveis implicações de dominações socioculturais por meio do idioma imposto pela língua hegemônica. Ainda para Rajagopalan (2005), pode-se observar o processo de imposição colonial, cujas línguas dos colonizadores tornaram-se línguas oficiais de países considerados estados independentes, mesmo nos casos em que as línguas locais não foram extintas, em “[...] termos mais ousados ainda, Pennycook (1998) alega que tanto a língua inglesa como disciplina que se diz interessada em questões linguísticas – a linguística – estão impregnadas das ideologias da colonização [...]” (Rajagopalan, 2003, p. 61).

Conforme Bajerski (2011), Rosa e Alves (2011), a difusão da língua inglesa e da cultura anglo-americana foi consolidada após a Segunda Guerra Mundial, dadas as diversas mudanças de poder em níveis globais. Deste modo, os Estados Unidos da América conseguiram disseminar uma nova forma de imperialismo, conforme aponta Santos (2018, p.288): “Acréscce que, quando a zona de contacto cosmopolita é multicultural, uma das línguas em presença é frequentemente a que dominou a zona de contacto imperial ou colonial”. Estabelece-se uma nova forma de colonialismo, não apenas balizado na dominação territorial, mas linguística, científica e cultural. Neste mesmo sentido, Phillipson (1992) aponta que a língua inglesa se apresenta como um



veículo de dominação linguística e cultural. Utilizando-se da expressão imperialismo linguístico, o autor demonstra que o idioma pode ser uma forma de dominação sobre outras culturas, que ainda, conforme o autor, legitima-se a língua inglesa como idioma global.

Dentre as diversas razões possíveis para a chamada globalização do idioma inglês, conhecida atualmente como língua franca, firmada nos diversos fenômenos de dominação socioculturais, destaca-se a posição geopolítica dos Estados Unidos da América: “[...] a língua inglesa se encontra profundamente estabelecida como língua-padrão do mundo, como parte intrínseca da revolução global das comunicações” (Lacoste; Rajagopalan, 2005, p. 135). Autores como Crystal (2003), Pennycook (1998); Phillipson (1992 e 2003) e Rajagopalan (2003) apontam que o papel de propagação do inglês pode ser amplamente explicado pelo desempenho que a América desenvolve junto à geopolítica mundial desde o século XX.

A compreensão dos fatores históricos presentes na ascensão do inglês enquanto língua hegemônica se faz importante para que se possa entender o processo de colonialidade presente na tentativa de universalização da ciência por meio deste idioma. Para tal, optou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica documental a partir da abordagem qualitativa. Nosso corpus documental é composto pelo Edital nº 41/2017 referente ao Programa Institucional de Internacionalização CAPES/PrInt, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de consolidar as hipóteses acerca de sua relação com o processo de internacionalização das universidades.

Consideramos tal reflexão relevante ao problematizar o uso monolíngue do inglês na produção e na comunicação científica, bem como ao buscarmos demonstrar os mecanismos de sustentação das formas de colonialidade presentes no processo de divulgação da ciência e sua produção no âmbito acadêmico. Entendemos que o uso monolíngue compulsório da língua inglesa no processo de internacionalização das universidades brasileiras ocorre como uma nova forma de colonialidade do saber, atendendo especialmente aos interesses dos países hegemônicos, sendo capaz de direcionar pesquisas e publicações na referida língua. Assim, esperamos que os resultados desta reflexão possam contribuir na proposição de novas abordagens linguísticas possíveis para a produção científica.

A língua inglesa como ferramenta das formas de colonialidade



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262159 [2024]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262159>

Segundo Schoultz (2000) o novo padrão de poder do capitalismo moderno colonial foi capaz de modificar toda a estrutura global, no qual os Estados Unidos da América surgem como o centro de mudanças de poder do mundo e propicia a sustentação de diferentes formas de dependência criadas para a América Latina diante de países europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos. Assim, após o processo de colonização se estabelece uma nova forma de dominação, denominada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano como colonialidade do poder, termo este amplamente utilizado nas perspectivas dos estudos decoloniais. A ideia de colonialidade pressupõe a continuidade das divisões sociais por meio da raça, visando à manutenção da supremacia dos povos europeus e norte-americanos, visto que o fim do colonialismo formal não significou o seu fim como conteúdo. Nas palavras de Quijano (2005, p.118), “Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”.

Quijano (2005) destaca que após a conquista dos territórios, povos e culturas do que hoje denominamos como América Latina, os países europeus colonizadores iniciaram a formação de uma nova ordem mundial que foi capaz de propagar diferentes matrizes de colonialidade por todo o planeta. A colonialidade foi o resultado da repressão sistemática do colonialismo sobre crenças, ideias, saberes, imagens, símbolos, línguas e linguagens que não tinham valor para a dominação colonial global, enquanto simultaneamente os colonizadores se apropriavam daquilo que sustentava o conhecimento da dominação na mineração, na agricultura, nos produtos de engenharia e no trabalho físico, por meio da desumanização de pessoas, as quais eram vistas apenas como corpos úteis ao trabalho.

As línguas europeias foram impostas e determinadas como línguas oficiais, e os povos dominados tiveram que iniciar um processo de aquisição de conhecimentos europeus em línguas que não eram suas, consolidando, assim, a propagação das formas de pensar de cunho europeu e, conseqüentemente, acarretando um distanciamento das culturas locais, embora ainda existam povos e línguas tradicionais e movimentos de resistência cultural. Assim, mesmo após o colonialismo ter sido formalmente finalizado, o processo de dominação continua sustentado nas relações sociais e de poder existentes.

Com base na colonialidade de poder proposta por Quijano (1998), Mignolo (2000) reflete sobre os modos de distribuição epistêmicos, de modo a analisar como estes reproduzem o imperialismo colonial. É possível observarmos como os povos colonizados foram sujeitados a reproduzirem a hegemonia de sistemas de conhecimentos eurocêntricos, além de vivenciarem



a exploração de seus recursos naturais. A partir deste conceito, é possível refletir sobre como as formas de pensamento e poder anglo-eurocêntricos continuam dominando o mundo na atualidade, por exemplo, por meio das línguas hegemônicas. Santos (2018) afirma que os últimos dois séculos foram dominados por uma forma de epistemologia que eliminou ou silenciou saberes e conhecimentos oriundos dos povos originários, denominado por ele, como epistemicídio massivo, pois suprimiu os conhecimentos locais e impôs a reprodução do conhecimento epistemológico europeu, na tentativa de estabelecer e valorizar a episteme eurocentrada.

Com base nas abordagens decoloniais é possível notar o impacto do capitalismo e do colonialismo modernos na construção das epistemologias dominantes, por meio da manutenção dos valores e construção do conhecimento, reproduzindo-se, o conhecimento dos vencedores, centrados em padrões eurocêntricos e norte-americanos, agora, globalizados. Nas palavras de Santos (2018, p. 439): “O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o facto de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores”.

Na atualidade, percebemos o pensamento colonial presente nos modos de concepção sobre a ciência, “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 121). Nesta perspectiva, a produção do conhecimento científico por meio das instituições universitárias têm um papel importante na manutenção do colonialismo moderno, visto que tal conhecimento será (re)produzido nos países fora do norte (Santos, 2018), em uma língua colonial, majoritariamente em língua inglesa, prioritariamente por escrito: “É ao perceber a escrita como atividade situada, mediada, social dinâmica que o trabalho de prática crítica se inicia” (Canagarajah, 2002, p. 6).

A Universidade enquanto instituição produtora de conhecimento consolida a utilização das línguas hegemônicas na elaboração de conhecimento. O fenômeno do monolinguismo que consiste na utilização do inglês como idioma acadêmico universal, chega a passar de forma quase despercebida, visto que este é utilizado como padrão em diversos meios de produção e circulação científica, tais como, publicações, palestras e eventos, além do amplo número de publicações. No contexto brasileiro, sustenta-se a ideia de que artigos e periódicos publicados em língua inglesa apresentam maior visibilidade para a comunidade científica internacional, evidenciando as tentativas de desvalorização das produções em língua portuguesa, sendo estas



menos prestigiadas. Consideramos que tal estratégia reforça a manutenção dos discursos hegemônicos dos países do norte, os quais são responsáveis por grande parte dos financiamentos das pesquisas e, assim, buscam garantir a perpetuação das regras mais convenientes aos seus próprios interesses, além de reforçar a continuidade do processo de silenciamento dos pesquisadores de outras nacionalidades.

O uso da língua inglesa como instrumento para a universalização das ciências e do desenvolvimento tecnológico é corroborado, inclusive, por agências de fomento e órgãos regulatórios do Brasil, tais como, o (CNPq) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nestas instituições são utilizadas diferentes estratégias para proporcionar maior visibilidade às produções científicas que se organizam em língua inglesa, perpetuando o fenômeno evidenciado por Canclini (2005, p. 229) como monolingüismo nas ciências e tecnologias. São intrínsecas as relações entre o uso padronizado da língua inglesa pelas ciências e os fatores geopolíticos que possibilitaram que essa língua tenha sido usada como instrumento para a universalização da ciência. Consideramos que o multilingüismo, termo que se refere à possibilidade de coexistência de sistemas linguísticos diferentes (língua, dialeto, falar) dentro de uma comunidade poderia ser um mecanismo estratégico de resistência ao monolingüismo atual, capaz de romper com a colonialidade presente no campo científico.

O monolingüismo no processo de internacionalização das universidades brasileiras

A internacionalização das universidades é uma pauta em evidência nas universidades de todo o mundo, buscando-se um processo colaborativo entre as instituições, conforme aponta Marginson (2010, p. 15): “[...] a internacionalização da pesquisa tem como objetivo incentivar a colaboração entre pesquisadores de diferentes países e promover a produção de conhecimento em escala global”. Observa-se a crescente propagação de discursos com caracterizações benéficas e positivas na tentativa de internacionalização das universidades nos últimos anos. Entretanto, ao analisarmos o cumprimento das etapas previstas no processo de internacionalização, as quais deveriam visar a cooperação entre instituições e docentes (Luce; Fagundes; Mediel, 2016), tal como a mobilidade acadêmica de discentes e docentes estrangeiros, redes e projetos internacionais capazes de



abranger perspectivas interculturais de ensino-aprendizagem conjuntas entre os países envolvidos (Knight, 2008), deparamo-nos com formas de subalternização, por parte dos países em desenvolvimento, em relação aos países desenvolvidos (relação norte e sul global).

No cenário das universidades brasileiras, idealizou-se que a internacionalização promoveria a troca de informações científicas entre as diferentes universidades ao redor do mundo, o que seria capaz de potencializar ações de pesquisa conjuntas e colaborativas entre os diversos países, contribuindo para o avanço de pesquisas relevantes para ambos os envolvidos em tal pesquisa, bem como para toda a comunidade científica internacional (Luce; Fagundes; Mediel, 2016). Entretanto, os planos de internacionalização das universidades brasileiras parecem não considerar possíveis déficits, tais como problemas de mobilidade acadêmica, que favorece docentes e estudantes estrangeiros, além da implantação de políticas linguísticas que privilegiam a escrita acadêmica em inglês em detrimento da escrita em português, quando deveriam também ser pensadas políticas linguísticas que fomentassem a produção acadêmica em língua portuguesa para estudantes estrangeiros que estivessem em instituições brasileiras (Nóbrega, 2016).

No Brasil, o processo de internacionalização das universidades é direcionado majoritariamente pelas instituições de fomento à pesquisa. A CAPES por meio do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt (Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017) iniciado em 2017 por meio do Edital nº 41/2017, apresenta-se como um dos principais exemplos de fomento à internacionalização. As instituições que desejam participar do processo seletivo para este edital devem apresentar um plano de internacionalização em duas línguas (português/inglês) no mínimo em 4 programas de pós-graduação da instituição. Deste modo, evidencia-se a presença da língua inglesa como fator impositivo e excludente para a participação no processo de internacionalização das universidades brasileiras neste programa, conforme trecho do edital:

1.1 O presente Edital visa à seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa que tenham ao menos quatro (4) Programas de Pós-Graduação (PPG) recomendados pela Capes na avaliação quadrienal de 2017 com, no mínimo, nota 4, entre os quais deverá haver, pelo menos, dois (2) com cursos de doutorado (CAPES, 2023).

Outro ponto relevante do mesmo edital refere-se ao seu preenchimento, no qual o formulário deve ser completado obrigatoriamente de modo bilíngue:



7.3 O Projeto Institucional de Internacionalização deverá ser preenchido no formulário eletrônico, em inglês e em português. A definição do uso do inglês como língua padrão no processo de internacionalização das universidades brasileiras atende não apenas ao direcionamento proposto pela CAPES, mas a outras diversas instituições nacionais e internacionais (CAPES, 2023).

Tal predileção representa uma escolha política, alinhada às diretrizes hegemônicas dos países do norte global, já que estes são os maiores financiadores de pesquisas científicas internacionais, evidenciando diferentes formas de colonialidade (1) do poder que, segundo Silva (2021, p. 303), “[...] se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação”; (2) do saber que “[...] tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento colonial”; (3) e a do ser “[...] refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem”. Nesta perspectiva, a questão de identidade não fica apartada da ciência. “[...] as línguas não são coisas que os seres humanos têm, mas algo que são, a colonialidade do poder e do conhecimento, portanto, geram a colonialidade do ser” (Mignolo apud Maldonado-Torres, 2007, p. 130).

Sobretudo dada a localização geográfica no Brasil, caberiam, alguns questionamentos sobre os critérios usados na internacionalização. Não seria importante que o espanhol também fosse incluído como critério de língua estrangeira nos editais de financiamento à pesquisa, visto que todos os países que fazem fronteira com o Brasil são falantes desta língua? Tal fato não facilitaria a mobilidade acadêmica entre os estudantes da região, além de possibilitar estudos e pesquisas sobre demandas locais? Outra problematização seria referente à ampliação das relações com os demais países lusófonos, especialmente no compartilhamento de pesquisas e problemáticas em C&T e socioculturais. Conforme reflexão feita por Streck e Abba:

Se é certo que, do ponto de vista linguístico, o inglês torna-se cada vez mais a língua franca no mundo acadêmico, há também vozes que se levantam sobre o ensino de outras línguas e não por último sobre o papel que se almeja para as línguas nacionais no cenário acadêmico e intelectual internacional. No caso do Brasil, significa pensar, por exemplo, no uso do espanhol e nas relações particulares com os países lusófonos no mundo. Junto com isso, cabe perguntar sobre as condições de capacitação linguística, inserção cultural e acompanhamento institucional proporcionadas para os



estudantes estrangeiros em nossas universidades (Streck; Abba, 2018, p. 13-14).

Fiorin (2007) aponta que o inglês é considerado a língua franca da ciência, cujo processo de internacionalização apresenta-se de modo mais claro quando é adicionado ao estímulo de instituições governamentais na difusão de seu uso, reforçado pelo aspecto educacional. O processo de internacionalização da ciência pode ser intensificado por fatores, tais como a utilização de uma língua comum, especificamente o inglês enquanto língua franca das ciências (Huppau, 2004) e pelo processo colaborativo entre universidades de diversas partes do mundo nos centros de pesquisa de mestrado e doutorado realizado por meio de intercâmbios (Crystal, 2005).

Neste aspecto, é de suma importância a reflexão sobre a hegemonia da língua inglesa nas ciências. Consideramos fundamental evidenciarmos a existência de uma espécie de subalternização acadêmica no processo de internacionalização das universidades em relação à produção científica em outras línguas que não sejam o inglês, causando o eventual apagamento de culturas e saberes locais, bem como o monolingüismo pode ocasionar subalternização e silenciamento, apresentando características que retiram autonomia das demandas locais e de sua produção científica. Para Hamel:

Uma questão central da política linguística no campo da ciência é se a atual hegemonia de uma língua no campo multilíngue da ciência dará lugar ao estado de monopólio monolíngue, apenas delineado, no qual o inglês se torna a única língua permitida na comunidade internacional e cada vez mais presente na comunicação nacional, possivelmente com consequências irreversíveis para outras línguas e suas comunidades; ou, caso as comunidades científicas nacionais e internacionais se opunham à dissolução do multilingüismo em monolingüismo e optem pelo plurilingüismo como forma de enriquecer o campo acadêmico (Hamel, 2007, p. 55).

A escrita acadêmica no processo de internacionalização deveria ser utilizada para compartilhar as descobertas acadêmicas com a comunidade científica e, conseqüentemente, contribuir para o avanço e transmissão do conhecimento. Entretanto, de fato, grande parte da produção científica presente na esfera da internacionalização das universidades brasileiras atende a outros interesses, tais como: (1) obtenção de um financiamento; (2) aprovação em concursos; (3) obtenção de algum tipo de bolsa; (4) alcance de



uma maior nota na CAPES; (5) alcance de um maior número de citações; (6) aprovação e maior reconhecimento em revistas científicas. Tal fato corrobora para a produção e compartilhamento de pesquisas produzidas em língua estrangeira, visto que artigos escritos em língua inglesa obtêm melhor conceituação nas bases de pesquisa e nas qualificações de revistas internacionais.

Verifica-se, assim, no processo de internacionalização a presença de discursos hegemônicos do norte global, os quais pautam as decisões acerca das pesquisas científicas a serem realizadas, que visam atender demandas justamente por eles estabelecidas, expressando as possíveis intencionalidades que permeiam a internacionalização, já que “[...] toda vez que um discurso se move, há espaço para a ideologia atuar” (Bernstein, 1996, p. 26). Percebemos formas de subalternização acadêmica a que ficam sujeitos os países do sul global, sobretudo devido às questões financeiras para custear os financiamentos das pesquisas. Sendo que estas nações necessitam “[...] resignar-se a um jogo que não é seu, mas que lhe foi imposto” (Mignolo, 2017, p. 18).

A flexibilidade da globalização, bem como suas formas de colonialidade, pode ser vista como via de mão dupla em relação à internacionalização, já que a atinge, mas também é atingida por ela. A partir dessa perspectiva, abrem-se duas possibilidades de compreensão deste processo. A primeira possibilidade de análise aponta para a internacionalização como parte do processo hegemônico da globalização e do capitalismo, a qual apresenta o uso do inglês enquanto língua hegemônica oficial do mundo acadêmico, sendo tal língua parte inerente ao processo de internacionalização (Shin; Teichler, 2014), cuja difusão está intrinsicamente associada ao fenômeno da globalização (Shin; Teichler, 2014). Assim, evidencia-se que o uso desta língua é parte do processo de produção, publicação e circulação da ciência.

A segunda possibilidade de análise sobre a internacionalização valoriza o viés geopolítico e econômico como possibilidade libertária do colonialismo por meio do fortalecimento das epistemologias do sul (Finardi e Corcino, 2014) e das perspectivas decoloniais, de modo a assegurar vias de resistência à estrutura opressora da colonialidade, conforme evidência Ballestrin (2013, p. 110) “[...] A perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento”.

Pode-se observar que o processo de internacionalização das universidades brasileiras representa um grande leque de escolhas políticas de

caráter estratégico-financeiro e cultural, justificadas pelas instituições como parte do processo de globalização, pela necessidade de melhor posição nos *rankings* universitários pela disponibilidade de financiamentos, conforme aponta Jesus (2018):

Da mesma forma, seguem afirmando os autores, que falar no inglês, ou qualquer outro idioma, como “a” língua franca do mercado é deixar-se levar pelo fato de que esse discurso interessa ao mundo corporativo dos Estados Unidos e tudo que ele incorpora. Ou seja, essa devoção ao monolingüismo do inglês é uma submissão às forças de um mercado, antes de ser uma característica natural do sistema. Os produtos que consumimos (ou desejamos) chegam ao nosso conhecimento por consequência de uma estrutura muito complexa e sustentada por poderes econômicos dominantes. E assim também se dá com o conhecimento científico, que é mais um tipo de conteúdo que pode ser vendido para um público interessado (Jesus, 2018, p. 58-59).

Observa-se uma tendência de que os pesquisadores que pretendam ser lidos, aceitos e, conseqüentemente, citados, devam fazê-lo em inglês. Suscita-se, assim, a circulação de um discurso presente no *Web of Science*, no Scopus e em outros indexadores de prestígio, os quais privilegiam as produções em inglês, classificando-a como o idioma que deve ser utilizado pela ciência, minimizando-se a possibilidade do uso de outras línguas, bem como versões bilíngües, conforme orienta Barata:

Em se tratando das pressões que os países periféricos enfrentam para publicar no rol dos periódicos de alto impacto está o inglês. Frequentemente apontado como uma barreira, não parece ser o fator definitivo nas avaliações editoriais. O inglês é ainda hoje a principal língua do mundo científico. Para que os cientistas consigam minimamente acessar uma produção internacional relevante, é preciso dominar o idioma. Os periódicos indexados tanto nacional quanto internacionalmente exigem que os artigos ou ao menos seus resumos sejam escritos em inglês. “O requerimento por um inglês claro e compreensível aumenta com o prestígio e/ou fator de impacto do periódico, criando assim uma barreira linguística que muitos cientistas acham difícil de ser superada”, afirmaram Meneghini & Packer (2007). A sugestão dos autores é que países como o Brasil invistam em sistemas de publicações bilíngües para superar as barreiras da comunicação científica (Barata, 2010, p.176-177).



A manutenção hegemônica anglófona em diferentes esferas científicas pode ameaçar as produções acadêmicas em outras línguas, surgindo o fenômeno denominado como imperialismo linguístico, o qual se propaga por todo o sistema educacional, não apenas no nível superior, mas de forma geral no processo de produção e circulação do conhecimento científico. Assim, analisaremos o Programa CAPES-PrInt, o qual corrobora com a necessidade de utilização compulsória da língua inglesa, observando-se que a língua franca é utilizada como instrumento de colonialidade do saber no processo de internacionalização das universidades.

O Programa Institucional de Internacionalização CAPES/Print

O Programa Institucional de Internacionalização CAPES/Print elaborado pela CAPES e apresentado por meio do Edital nº 41/2017, tem como principal objetivo estimular o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Para isso, o programa oferece bolsas de estágio em pesquisa de doutorado e pós-doutorado no exterior, além de, em parceria com instituições estrangeiras, propiciar a vinda de pesquisadores de instituições estrangeiras ao Brasil, proporcionando o intercâmbio acadêmico, de modo a ampliar a formação de profissionais qualificados nas esferas acadêmicas, de ensino e de pesquisa no país, corroborando, assim, para a melhoria dos programas de pós-graduação brasileiros.

A presença da língua inglesa como língua franca na esfera acadêmica é demonstrada de forma excludente e condicional para a participação das universidades no CAPES-PrInt, evidenciando-se que dentre os inúmeros fatores presentes no processo de internacionalização das instituições de ensino superior a adoção do inglês como língua franca da comunidade acadêmica é inerente ao programa.

O Edital nº 41/2017 do CAPES-PrInt determina algumas etapas que as IES devam cumprir para a execução do programa, dentre as quais gostaríamos de demonstrar a terceira:

- (3) Seleção de candidatos: As IES devem apresentar aos estudantes e aos pesquisadores oportunidades de mobilidade acadêmica. Normalmente, este processo é realizado por meio de editais internos para seleção de candidatos, nos quais são especificados os critérios acadêmicos necessários, à necessidade do conhecimento da língua estrangeira (prioritariamente inglês) e relevância do projeto proposto (CAPES, 2023).



O CAPES-PrInt considera o uso do inglês como um elemento essencial, o qual visa ampliar a cooperação acadêmica e científica entre instituições brasileiras e estrangeiras. O inglês é adotado no programa como a língua padrão para comunicação entre pesquisadores de diferentes nacionalidades. Durante a implantação e execução do CAPES – PrInt, a utilização do inglês é colocada como prioridade em várias ocasiões, tais como:

- (1) Durante o processo de criação de parcerias e acordos internacionais e, também na elaboração de projetos conjuntos, a comunicação oficial e acadêmica com instituições estrangeiras é realizada em inglês. A justificativa dada é que a adoção de uma língua comum facilitaria a comunicação e compreensão dos envolvidos;
- (2) A documentação escrita é realizada em língua inglesa. Documentos, artigos científicos, relatórios acadêmicos, apresentações, pesquisas e outros materiais de divulgação científica são elaborados em inglês. Alega-se que o uso do inglês como língua comum visa garantir a compreensão e a propagação adequada de resultados das pesquisas acadêmicas realizadas pelo programa;
- (3) Eventos acadêmicos internacionais, tais como, simpósios, conferências e workshops são realizados em inglês. Deste modo, pode-se observar que o domínio da fluência da língua torna-se um imperativo para a participação no programa, visto que a interação entre alunos e docentes ocorrerá por meio da utilização do inglês como língua comum;
- (4) Na etapa de mobilidade acadêmica presente no Programa CAPES-PrInt, a habilidade de se comunicar bem em inglês é colocada como fundamental para a continuidade no andamento das atividades acadêmicas, tais como projetos e pesquisas conjuntas entre instituições de diferentes países (CAPES, 2023).

Dessa forma, pode-se afirmar que o domínio da fluência do inglês é um requisito essencial para a participação no CAPES-PrInt, excluindo-se outras formas de comunicação e saberes, bem como a possibilidade de participação por meio da utilização de outras línguas estrangeiras. Entretanto, caberia a reflexão sobre o seguinte questionamento neste processo: Quais serão as desvantagens e os prejuízos para os pesquisadores dos países periféricos ao terem de se comunicar exclusivamente por meio da língua inglesa? Neste contexto, a utilização do inglês pode ser vista como uma forma neocolonial, já que está totalmente alinhada aos interesses dos países desenvolvidos.



Do ponto de vista da aprendizagem do inglês como língua de contato presente neste processo, fica estabelecido de forma subentendida aos pesquisadores nativos de países que não tenham o inglês como língua materna, que estes busquem formas de aprendizado ou mesmo de tradução para que suas pesquisas sejam compartilhadas nas instituições internacionalizadas, prioritariamente nesta língua, verificando-se, assim, um processo linguístico de imposição neocolonial (Rajagopalan, 2005). A utilização do inglês como língua acadêmica comum ou língua franca das ciências esbarra em fatores externos e tendências de mercado, propostas e impostas por grandes instituições, tipificadas como a publicação e o compartilhamento de conteúdo e pesquisas acadêmicas majoritariamente em inglês, bem como em mecanismo que visam facilitar o acesso ao público internacional à universidade, como sites e materiais de divulgação com versões em língua inglesa.

O multilinguismo como alternativa decolonial para a produção científica

Ainda no século XXI, o fazer científico-acadêmico permanece atrelado aos padrões eurocêntricos ou nortecentrados, como o uso de línguas hegemônicas na comunicação em instituições de ensino superior dos países periféricos, levado a continuidade de representação do poder da colonialidade na produção científica. Neste sentido, além da colonialidade do saber mantida pelo uso da língua hegemônica, destacamos um processo de inferiorização e universalização impostos aos países periféricos, os quais devem seguir os modelos nortecêntricos como padrões científicos e culturais.

A manutenção desse processo de escrita monolíngue em inglês é feita por revistas internacionais renomadas por meio do uso de indicadores bibliométricos, visto que acadêmicos de todo o mundo realizam as suas pesquisas e a respectiva divulgação dos resultados em conferências internacionais no formato predominantemente monolíngue em língua inglesa. Posteriormente, com o objetivo de atingir mais impacto na comunidade científica, suas publicações também são produzidas em inglês. Deste modo, é de suma importância a reflexão sobre a hegemonia da língua inglesa nas ciências e, conforme orienta Hamel, a possibilidade do multilinguismo e do plurilinguismo como alternativas ao monolinguismo na produção científica, possibilitando novas formas de comunicação entre a comunidade científica, capazes de mitigar a situação das produções científico-acadêmicas sejam feitas exclusivamente em língua inglesa.



Consideramos que a manutenção hegemônica anglófona em diferentes esferas acadêmico-científicas pode ameaçar as produções em outras línguas, surgindo o fenômeno denominado por Forattini (1997, p. 5) como imperialismo científico, o qual se propaga por todo o sistema educacional, não apenas no nível superior, mas de forma geral no processo de produção e circulação do conhecimento científico, além do mercado editorial. A predominância do uso do inglês reforça a assimetria na divulgação dos resultados das pesquisas e das produções científicas, tanto na recepção quanto na circulação das produções acadêmicas, desconsiderando as dificuldades que esses mesmos pesquisadores enfrentam para produzir e, também, para terem seus textos aceitos para publicação em periódicos de prestígio, como explica Barata (2010):

A questão do inglês como barreira para autores de países de origem não-inglesa tem sido, constantemente, motivo de debates. A alegação mais comum, como fica claro nas entrevistas, é que autores e artigos de países periféricos ou pobres recebem um tratamento diferenciado – a saber: mais rigoroso – em relação a países do hemisfério Norte, ricos ou desenvolvidos (Barata, 2010, p. 174).

Oliveira (2017) destaca como possíveis consequências do uso do formato monolíngue em inglês na produção científica: (1) a diminuição ou invisibilidade da produção científica nacional ou regional, focada em temas e necessidades específicas da região; (2) a prospecção de cientistas e de pesquisas para países e grupos hegemônicos; (3) o controle sobre a produção do conhecimento; (4) a concentração do lucro em alguns poucos países dominantes da língua hegemônica.

Para Amon (2001), pesquisadores não nativos de língua inglesa deveriam refletir sobre as possíveis perdas linguísticas presentes em suas pesquisas dada a utilização do monolingüismo em inglês. Em suas palavras: “Os cientistas para quem o inglês é língua estrangeira ficam em desvantagem na apresentação das suas pesquisas, ou também dos seus materiais didáticos, a nível internacional” (Amon, 2001, p. 354). Como forma de resistência estratégica, seria necessário que os cientistas e pesquisadores da América Latina refletissem sobre o formato de comunicação monolíngue é, de fato, o único caminho possível e se este deve ser seguido e mantido. Em outras palavras, existiriam possibilidades de se estabelecer formas de comunicação multilíngues/plurilíngues na área científica entre as línguas oficiais presentes nos países latino-americanos?



Consideramos que o multilingüismo, termo que se refere à possibilidade de coexistência de sistemas linguísticos diferentes (língua, dialeto, fala) dentro de uma comunidade seria um mecanismo estratégico diante do monolingüismo atual, o qual poderia ser utilizado para representar a pluralidade linguística presente no sul global, buscando-se uma integração entre o espanhol, o português e o inglês, e, certamente, a valorização de línguas indígenas existentes, visto que a redução da diversidade linguística pode empobrecer a diversidade cultural presente na região, conforme aponta Gibbs:

A invisibilidade a que a publicação científica convencional condena a maior parte da pesquisa investigativa do Terceiro Mundo frustra os esforços dos países pobres para fortalecerem as suas revistas científicas indígenas - e com ela a qualidade da investigação nas regiões que mais necessitam dela. Poderá também privar o mundo industrial de conhecimento crítico, observa Richard Horton, editor do Lancet (Gibbs, 1995, p. 93).

Devido às diversas barreiras linguísticas enfrentadas por pesquisadores no processo de produção científica, autores como Hamel (2016), De Wit (2016), Oliveira (2017) e Amon (2001) têm demonstrado a necessidade de implantação de uma Política e Planejamento Linguístico na Ciência e na Educação Superior (PPLICES), visando uma educação superior mais abrangente e inclusiva linguisticamente. Tãmanha é a dificuldade comunicativa existente entre pesquisadores de diferentes países que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) recomenda a promoção, o uso do multilingüismo e o acesso universal aos espaços cibernéticos, por meio da Cátedra UNESCO Políticas Linguísticas para o Multilingüismo. Este Programa da UNESCO é um instrumento privilegiado para o reforço das capacidades e para o intercâmbio de conhecimentos dentro de um espírito de solidariedade. Assim, promove a cooperação norte-sul e sul-sul como estratégia para enriquecer as instituições. Os principais participantes são universidades e instituições de pesquisa, em parceria com numerosas ONGs de educação superior, fundações e organizações do setor público e privado (UNESCO, 2006, s.p.).

Oliveira (2017) aponta como principais pontos da PPLICES: (1) a ciência e tecnologia se tornaram um dos principais fatores de crescimento e ganho no capitalismo contemporâneo; (2) a língua como fator de produção na sociedade do conhecimento possibilita demonstrar como a produção e o consumo ocorrem de modo multilíngue; (3) a internacionalização exige o multilingüismo, visto que a mercadoria imaterial (digitalizável) produzida

demanda a localização dos produtos e propicia a deslocalização da produção (internacionalização); (4) o papel da universidade na ciência internacional é uma das unidade de produção de C&T; (5) a valorização da pesquisa internacional devido a necessidade de estratégias para participação nos diferentes mercados da ciência.

Deste modo, consideramos que a adoção de uma Política e Planejamento Linguístico na Ciência e na Educação Superior (PPLICES) bem definida e o uso do multilinguismo na ciência e no ensino superior brasileiro poderiam ser utilizadas como propostas de intervenção decolonial multilíngue ao padrão atual, as quais poderiam proporcionar maior valorização da produção científica nacional, focada nas necessidades regionais específicas, além de possibilitar a utilização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades locais. Esta proposta se articula ao estudo aqui apresentado, ao problematizar o uso exclusivo monolíngue do inglês na produção e na comunicação científica, bem como ao buscarmos demonstrar os mecanismos de sustentação das formas de colonialidade presentes no imperialismo acadêmico ao propor novas abordagens linguísticas para a ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos analisar o modo como se tem utilizado a língua inglesa em formato monolíngue no campo científico, refletindo sobre como esta perspectiva apresenta-se como uma colonialidade do saber. Consideramos que a implantação de políticas linguísticas multilíngues é relevante para toda a comunidade acadêmica, visto que a comunicação e a escrita científica são tópicos presentes no que compõem o processo de internacionalização das universidades. Segundo Oliveira (2017), o multilinguismo na produção científica poderia apresentar como consequências positivas os seguintes fatores: (1) A utilização máxima dos recursos linguísticos instalados, isto é, o uso das línguas que as pessoas falam (eficiência, eficácia e inclusão); (2) A circulação máxima entre as comunidades linguísticas (interculturalidade); (3) Uma epistemologia que inclua a diversidade das experiências humanas, classificada como Ecologia do conhecimento. Desta forma, buscamos problematizar o monolinguismo enquanto um aspecto da colonialidade, valorizando possibilidades de implantação de políticas linguísticas multilinguísticas (PPLICES). Deste modo, a proposição do multilinguismo apresenta-se como forma de resistência à colonialidade do saber presente em diferentes esferas do monolinguismo acadêmico-científico.



REFERÊNCIAS

- Abba, Maria Julieta; Streck, Danilo Romeu. Interculturality and internationalization: approaches from Latin America. **SFU Educational Review**, v. 12, n. 3, p. 110-126, 2019. Disponível em: <https://journals.lib.sfu.ca/index.php/sfuer/article/view/1020>. Acesso em: 27 set. 2024.
- Amon, Ulrich. **The dominance of English as a language of science**: effects on other languages and language communities. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- Bajerski, Artur. The role of French, German and Spanish journals in the scientific communication in international geography. **Area**, v. 43, n. 3, p. 305-313, 2011. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/41240507>. Acesso em: 10 out. 2022.
- Ballestrin, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- Barata, Germana. **Nature e Science**: mudança na comunicação da ciência e a contribuição da ciência brasileira (1936-2009). 2010. 247 p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112010-102319/pt-br.php>. Acesso em: 15 set. 2023.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 27 set. 2024.
- Bernstein, Basil. **Pedagogy, Symbolic Control and Identity**. London: Taylor & Francis, 1996.
- CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- Canagarajah, Athelstan Suresh. **A geopolitics of academic writing**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt5hjn6c>. Acesso em: 27 set. 2024.
- Canclini, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.



Crystal, David. **English as a global language**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

De Wit, Hans; Hunter, Fiona.; Howard, Laura; Egron-Polack, Eva. **The internationalisation of higher education**. Brussels: European Parliament, Committee on Culture and Education, 2015. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU\(2015\)540370_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf). Acesso em: 27 set. 2024.

Finardi, Kyria Rebeca; Porcino, Maria Carolina. Tecnologia e metodologia no ensino de inglês: impactos da globalização e da internacionalização. **Ilha do Desterro**, n. 66, p. 239-282, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2014n66p239>. Acesso em: 27 set. 2024.

Fiorin, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/133>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Gibbs, Wayt. Lost Science in the Third World. **Scientific America**, v.273, n. 2, p. 92-99, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259056309_Lost_Science_in_the_Third_World. Acesso em: 12 jan. 2022.

Hamel, Rainer Enrique. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. **AILA Review**, v. 20, n. 1, p. 53-71, 2007. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/aila.20.06ham>. Acesso em: 27 set. 2024.

Huppauf, Bernd. Globalization: threats and opportunities. In: Gardt, Andreas; Huppauf, Bernd (eds.). **Globalization and the Future of German**: With a Select Bibliography. New York: De Gruyter Mouton, 2004, p. 3-26.

Jesus, Lucinéa Gomes de; Razera, Júlio César. As teorias de aprendizagem em pesquisas da área de educação em ciências: uma análise cienciométrica em periódicos brasileiros. In: **9º. Congresso Internacional sobre Investigación em didáctica de las Ciencias**. Girona, Espanha, 2013. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Ensenanza/article/viewFile/307313/397287>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Knight, Jane. Higher Education in Turmoil: The changing world of internationalization. **Global Perspectives on Higher Education**. Leiden: Brill, 2008. Disponível em: <https://brill.com/display/title/37092?language=en&contents=toc-116020>. Acesso em: 04 abr. 2023.



Lacoste, Yves (Org). **A geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Luce, Maria; Fagundes, Caterine; Mediel, Olga. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/FhyPkHjxyz78zYHZFLvJg6t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Maldonado-Torres, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gomez, Santiago; Grosfoguel, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

Marginson, Simon. Do rankings drive better performance? **International Higher Education**, n. 89, 2017.

Mignolo, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/#>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NÓBREGA, Maria Helena. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8603>. Acesso em: 12 maio 2023.

Oliveira, Gilvan. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 52, n. 2, p. 409-433, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 nov. 2023.

Pennycook, Alastair. **English and the discourses of colonialism**. London: Routledge, 1998.

Phillipson, Robert. **Linguistic Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Rajagopalan, Kanavilil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Santos, Boaventura. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

Shin, Jungcheol; Teichler, Ulrich. The Future of The Post-Massified University at the Crossroads. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.8, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/72>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Streck, Danilo; Abba, Julieta. Internacionalização da educação superior e herança colonial na América Latina. In: Korsunsky, Lionel. et al. (comp). **Internacionalización y producción de conocimiento**: El aporte de las redes académicas. Buenos Aires: IEC - CONADU; Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Cuaderno%203%20-%20Internacionalizaci%C3%B3n%20y%20producci%C3%B3n%20de%20conocimiento.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

UNESCO. **Building bridges, not walls- migration, displacement and education**. 2019. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266274>. Acesso em: 04 dez. 2022.

Submissão em 22 de Março de 2024.
Aceite em 29 de Julho de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262159 [2024]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262159>